

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n54p7>

Os golpes e mais golpes à democracia: o artigo 5º da Constituição. “LULA LIVRE”!

*“Mas você se quiser
pode cagar neste artigo
E se tiver poder
pode cagar nesta Constituição,
Que dá nada, que dá nada
Que dá nada, que dá nada”.¹*

Como vimos fazendo em outras edições, estamos de volta com algumas facetas da “Radiografia Golpe de Estado” de 2016 ², que iniciou em 2013 nas chamadas manifestações de Junho e culminou com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, contando ainda com desfecho da prisão arbitrária, autoritária e ilegal do ex-presidente Lula. Nós que fazemos a Motrivivência temos a compreensão que não é possível falar da Educação Física, esportes e lazer, sem, contudo, falar da política e de sua conjuntura nesses tempos estarrecedores de violência simbólico-real, tempos de golpe que possui similitudes com Golpe de 64 e repetições de violência exercida pelos militares naquele tempo e hoje pela direita “simpatizante” dos generais do exército brasileiro³.

Estamos falando da combinação diabólica entre neoliberalismo, conservadorismo e fascismo, cujo resultado pode ser percebido nas manifestações de ódio de classe que incitam a violência contra as lutadoras e os lutadores de diversas causas sociais, bem como naturalizam o assassinato em massa de jovens, pobres e negros nas periferias deste país, assim como o assassinato de GLBT’s e a violenta dizimação dos povos originários – nossos indígenas. E também considerando que as políticas educacionais e as políticas para a Educação Física, esportes e lazer estão encobertas pela bruma da alienação, do trabalho

-
- 1 Trecho da música Artigo 5º, de Ian Ramil. Ver em: <https://www.kboing.com.br/ian-ramil/artigo-5/>
 - 2 SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016
 - 3 MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



Este texto está publicado sob uma licença Creative Commons
Atribuição NãoComercial-CompartilhaIgual – CC BY NC AS
Mais detalhes em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>

precário, do lazer cujo suposto “tempo livre” está disponível para o capital e que engendra corpos precarizados⁴, produtivos⁵, visando reproduzir os valores e a lógica do capital.

Ao longo de seus 30 anos, os editoriais da Motrivivência, principalmente a partir da edição n. 4 (Educação Física Escolar e o compromisso com a escola pública⁶), vem se constituindo num projeto editorial mais contundente em termos de crítica anticapitalista, mesmo que de forma tímida. Todo esse esforço é realizado no intuito de, para além de socializar a produção de artigos na área e outras áreas afins, realizar análises críticas de conjuntura provisórias e introdutórias. A ideia é permitir uma possível politização de seus leitores, quer sejam pesquisadores já consolidados ou pesquisadores iniciantes. Nessa perspectiva, a nossa compreensão é que, quando se fala cultura corporal, movimento, corpo, esporte, jogo, dança e lazer – estamos nos referindo a diversos conteúdos e facetas da vida cotidiana que, de forma multidisciplinar, trazem para o debate a política em seu sentido mais amplo e, especificamente as políticas do corpo, do esporte, do lazer, do jogo e assim por diante.

Postas essas reflexões introdutórias, voltamos a denunciar o Golpe à democracia e anunciar a resistência, sobretudo, no que diz respeito ao “jogo cada vez mais sujo” no campo da ética na política da “Republiqueta das Bananas”⁷.

Nesta edição, inspirados na letra da música *Artigo 5º*, do jovem compositor gaúcho Ian Ramil, que abre o editorial, vamos delimitar nossas reflexões para a situação política e econômica do Brasil na atualidade. A música versa sobre os direitos e garantias fundamentais do cidadão e direitos e deveres coletivos, que constam na Constituição de 1988⁸. Nesse sentido, convém lembrar que essa constituição foi à época celebrada como uma conquista e representação da democracia brasileira.

Na verdade, uma das principais características da Constituição é que ela nasceu para coroar um momento de redemocratização bastante aguardado e celebrado pela sociedade brasileira, após mais de 20 longos anos de ditadura militar. Portanto, guarda características oriundas desse contexto histórico no qual se deu sua construção. Ela contém alguns excessos e os anseios de uma população que ainda festejava o fim do período de exceção, embora hoje estejamos vivenciando o retorno desse período em diversos campos da vida social do país. Em suma, na sua proposição no papel, a Constituição de 1988, mesmo sendo longa, prolixa e excessivamente programática, reflete o contexto político e social do povo brasileiro em importante momento de sua história recente. Provavelmente sejam esses fatores que ajudam a entender a instabilidade de nossa atual carta, principalmente, depois de tantas mudanças e emendas, mesmo frente

4 ARROYO, Miguel G. *corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional*. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício R. (orgs.). **Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

5 REVISTA MOTRIVIVÊNCIA. *O corpo produtivo no mundo do trabalho da Educação Física (Editorial)*. **Motrivivência**, Florianópolis, Ano XXII, n. 35, 2010.

6 Ano VI – no. 4 – Junho de 1993.

7 REVISTA MOTRIVIVÊNCIA. *O assalto à democracia, golpe e “jogo sujo” e o “jogo cada vez mais sujo” na “Republiqueta das Bananas”: o Brasil não é sério! (Editorial)*. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 47, 2016.

8 http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_5_.asp

aos tormentosos períodos que enfrentamos desde a sua promulgação até esses dias de um golpe atrás do outro, como é o caso do impeachment da Dilma e a prisão do Lula.

A música Artigo 5º, em seus diversos versos, nos incita a pensar, criticamente, numa Constituição que não despreze a luta dos movimentos sociais pelo seu cumprimento efetivação na prática concreta cotidiana:

“Todos são iguais perante a lei
Sem distinção de qualquer natureza
Garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros
Residentes no país

A inviolabilidade do direito à vida
A liberdade, a igualdade,
A segurança e a propriedade

Direito a vida
A liberdade, a igualdade
A segurança e a propriedade”

*Mas, você se quiser pode cagar neste artigo
E se tiver poder pode cagar nesta Constituição,*

*Que dá nada, que dá nada
Que dá nada, que dá nada*

E os versos do compositor seguem adiante criticando o texto dessa carta tão celebrada e pouco cumprida:

“Todos são iguais perante a lei
Sem distinção de qualquer natureza
Garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros
Residentes no país

A inviolabilidade
A inviolabilidade
A inviolabilidade”

*Mas você se quiser pode cagar neste artigo
E se tiver poder pode cagar nesta Constituição,*

*Que dá nada, que dá nada
Que dá nada, que dá nada*

A poesia contida na música nos remete a outra, a música “Manifestação”,⁹ de caráter emancipatório e propositivo, por ocasião dos setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que denuncia os ataques à Constituição e às violações dos direitos humanos recorrentes e banalizadas no Brasil, do Oiapoque ao Chuí, e nos chama e inspira para a luta e grandes manifestações sociais em prol dos direitos de todas e todos os trabalhadores. A música traz à tona tantas vidas encurraladas, manietadas, torturadas, que se desfazem, tangentes a uma “sociedade de escravos”, ou seja, daqueles que no limiar do capitalismo neoliberal, continuam vivendo numa “escavidão reabilitada”, uma escavidão moderna centrada na dimensão de classe e raça. São eles cada vez mais apagados, riscados e escamoteados dessa sociedade. Eles são chamados de “excluídos”. No entanto, eles estão “incluídos até a medula”. Eles são aqueles que, no berço das políticas neoliberais, de um lado, são explorados, absorvidos, devorados, perseguidos, marcados e relegados como “gado” para sempre, deportados, banidos, submissos e aparentemente decaídos, De outro lado, como veremos nas metáforas a seguir, constroem resistências e nos convidam para ir às ruas, às praças, aos becos, avenidas das cidades e nas estradas rumo aos campos igualmente sofridos dessa enorme e injusta nação sem terra e sem teto.

Aqui estamos na avenida,
 Pelas ruas, pela vida,
 Marchando com o cortejo
 Que flui horizontalmente,
 Manifestando o desejo
 De uma cidade includente
 E uma nação cidadã
 Traduzido numa canção,
 Numa sentença, num mantra,
 Num grito ou numa oração...

Por todo jovem negro que é caçado
 Pela polícia na periferia;
Por todo pobre criminalizado
Só por ser pobre, por pobrefobia;
 Por todo povo índio que é expulso
 Da sua terra por um ruralista;
 Pela mulher que é vítima do impulso
 Covarde e violento de um machista;

9 <https://entretenimento.uol.com.br/.../chico-buarque-e-ludmilla-cantam-juntos>. Com versos escritos por Carlos Rennó e musicados por Russo Passapusso, Rincón Sapiência e Xuxa Levy, a canção trata de diversos tipos de violações de direitos humanos recorrentes no Brasil e serve como um chamado para mobilização da sociedade. A gravação contou com a participação de Chico Buarque, Criolo, Ludmilla, Fernanda Montenegro, Péricles, Rico Dalasam e Paulo Miklos, entre outros. “Essa canção-manifestação inspira para a luta que deve se seguir: por uma vida em condições dignas e com a garantia do acesso aos direitos humanos para todas e todos”.

Por todo irmão do Senegal, de Angola
E lá do Congo aqui refugiado;
Pelo menor de idade sem escola,
A se formar no crime condenado;

*Por todo professor da rede pública
Mal-pago e maltratado pelo Estado;
Pelo mendigo roto em cada súplica;
Por todo casal gay discriminado.*
E proclamamos que não
Se exclua ninguém senão
A exclusão.

Aqui estamos nós de volta,
Sob o signo da revolta,
Por uma vida mais digna
E por um mundo mais justo,
Com quem já não se resigna
E se opõe sem nenhum susto
*A uma classe dominante
Hostil à população,
Numa ação dignificante
Que nasce da indignação...*

Por todo homem algemado ao poste,
Tal qual seu ancestral posto no tronco;
Por todo jovem que protesta até que o prostre
O tiro besta de um PM bronco;
*Por todo morador de rua, sem saída,
Tratado como lixo sob a ponte;
Por toda vida que foi destruída
Em Mariana ou no Xingu, por Belo Monte;*
Por toda vítima de cada enchente,
De cada seca dura e duradoura;
Por todo escravo ou seu equivalente;
Pela criança que labuta na lavoura;
Por todo pai ou mãe de santo atacada
Por quem exclui quem crê num outro deus;
Por toda mãe guerreira, abandonada,
Que cria sem o pai os filhos seus.
E proclamamos que não

Se exclua ninguém senão
A exclusão.
Eis aqui a face escrota
De um modelo que se esgota.
Policiais não defendem;
Políticos não contentam;
Uns nos agridem ou prendem;
Outros não nos representam.
E aquele que não é títtere,
E é rebelde coração
Vai no face, no zapp, no Twitter e
Combina um ato ou ação...
... Por todo defensor da natureza,
E cada ambientalista ameaçado;
E cada vítima de bullying indefesa;
E cada transexual crucificado;
E cada puta, cada travesti;
E cada louco, e cada craqueiro;
E cada imigrante do Haiti;
E cada quilombola e beiradeiro;
Pelo trabalhador sem moradia,
Pelo sem-terra e pelo sem-trabalho;
Pelos que passam séculos ao dia
Em conduções que cansam pra caralho;
Pela empregada que batalha, e como,
Tal como no Sudeste o nordestino;
E a órfã sem pais hétero nem homo,
E a morta num aborto clandestino.
Impelidos pelos ventos
Dos acontecimentos,
Louvamos os mais diversos
Movimentos libertários
Numa cascata de versos
Sociais e solidários
Duma canção de protesto
Qual canção de redenção,
Uma canção-manifesto,
Canção-manifestação...
...Por todo ser humano ou animal
Tratado com desumanidade;
Por todo ser da mata ou vegetal
Que já foi abatido ou inda há-de;

Por toda pobre mãe de um inocente
Executado em noite de chacina;
Por todo preso preso injustamente,
Ou onde preso e preso se assassina;
Pelo ativista de direitos perseguido
E o policial fodido igual quem ele algema;
Pelo neguinho da favela inibido
De frequentar a praia de Ipanema;
E pelo pobre que na dor padece
De amor, de solidão ou de doença;
E as presas da opressão de toda espécie,
E todo aquele em quem ninguém mais pensa...

E proclamamos que não se exclua ninguém
Senão a Exclusão.
Dando à vida e à alma grande
Um sentido que as expande,
Cantamos em consonância
Com os que sofrem ofensa,
Violência, intolerância,
Racismo, indiferença;
As Cláudias e Marielles
Rafaeis e Amarildos
Da imensa legião
De excluídos do Brasil, do Sul ao norte da nação.

E proclamamos que não se exclua ninguém
Senão a exclusão

Nas entrelinhas dessa letra pode-se perceber, além das críticas às políticas públicas e sociais impostas pelas hostes neoliberais, uma proposição de um outro projeto de Constituição, no qual seja possível ações políticas e de resistência cidadã, no sentido de garanti-la, revê-la ou mudá-la através de inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e políticas simbólicas e reais. De fato, as legítimas críticas e proposições subjacentes nos conteúdos dos versos nos faz lembrar da Constituição de 1988. Ela foi cantada em prosa e verso pelos seus avanços, embora, hoje, podemos dizer que, na prática, a democracia e igualdade de direitos, ali prometidas, não passam de um mero mantra eivado de mentiras e traições aos direitos humanos, aos direitos dos trabalhadores, enfim à cidadania em construção. Isso faz com que ela se converta, a cada dia, um amontoado de promessas não cumpridas, emprestando, assim, à prática política a ideia de uma “cidadania de papel” ou “no papel” ou de uma inclusão excludente ou uma inclusão precária.

Para dar conta de outro tipo de cidadania e numa outra Constituição, é preciso – e isso já vem sendo feito por alguns movimentos sociais e sindicais – de uma “identidade social politizada”. Tudo isso, com vistas a, diuturnamente, lutar pela extensão dos direitos da cidadania democrática, que deve ser pensada à luz dos resultados de possíveis contendas concretas de grupos e movimentos sociais mobilizados no âmbito do enfrentamento às políticas públicas e sociais de caráter neoliberais.

A música vinda da periferia e cantada por artistas e intelectuais militantes da arte com política traz em seu bojo uma plêiade de injustiças sociais, políticas, econômicas. Elas são caudatárias de uma ideia e prática de política, cujo escopo ético é reproduzir o capital financeiro-empresarial. A sua intenção é tornar as leis e a administração do país totalmente favoráveis ao mercado e às suas metas de maximização dos lucros, geradora de destruição dos direitos dos trabalhadores e de todos os direitos de ir e vir, no ponto de vista de classe, gênero, geração, raça/etnia e cultura.

Decerto, podemos tomar como ponto de referência as reflexões supramencionadas, visando trazer à tona alguns possíveis e breves elementos de análise de conjuntura, alguns já anunciados nas letras das músicas “Artigo 5º” e “Manifestação”, conforme já evocadas nos parágrafos acima. Efetivamente, o que virá depois, já está a caminho, desafiando a todos nós militantes da vida, da política, da ciência, da arte e da cultura, ao enfrentamento com um sistema político e econômico viciado no lucro e na concentração da riqueza. Um sistema, onde os recursos naturais e as pessoas precisam ser explorados até a última gota sangue, suor e trabalho. E aí, quando não servem mais, são descartados como lixo, a maioria delas confinadas nas favelas ou mofando nas prisões. É nesse sistema que a lógica da austeridade promove o crescente aumento das desigualdades sociais, discriminações e preconceitos de classe, gênero e raça/etnia, os desastres climáticos e ecológicos, a pobreza endêmica. De todas essas mazelas sociais, políticas, econômicas, se insurge a necessidade de uma agenda com reflexões e proposições de resistência, no sentido de mitigar e, se possível, destruir os rumos da política hiperconservadora e hiperneoliberal na atualidade da vida cotidiana brasileira. Os pontos de pauta que podem estar na ordem do dia são:

- a) Promover redução drástica das desigualdades sociais, econômicas e de gênero, comprometendo-se com os movimentos de defesa dos direitos dos negros; com os movimentos em defesa dos direitos das mulheres: com as lutas dos povos indígenas: com o respeito e a valorização da diversidade religiosa e cultural; com o acolhimento dos imigrantes.
- b) Nesse sentido, acabar com o abismo entre ricos e pobres, criando um grande número de empregos com bons salários;
- c) Reduzir substancialmente as emissões de carbono;
- d) Revigorar de baixo para cima a democracia;
- e) Opor-nos à economia baseada na destruição e na exploração incessante e apresentar proposições e alternativas concretas, rejeitando, assim, a agenda econômica das grandes corporações nacionais e internacionais, com sua lógica privatista e elitista; e adotando uma agenda efetivamente cidadã;
- f) Propor uma economia que coloque em primeiro lugar o bem-estar das pessoas e não o lucro;

- g) Continuar incessantemente contra as privatizações do patrimônio público: educação (escolas e universidades), saúde, Amazônia, Petrobrás, Eletrobrás e outras instituições;
- h) Buscar, urgentemente, a unidade entre os partidos, movimentos sociais e sindicais de esquerda, buscando uma pauta de lutas, em cujo bojo esteja a consciência de classe e a solidariedade de classe. Isso significa, na prática, que a esquerda unificada deve se constituir “numa esquerda popular”. E isso significa duas coisas: 1) “saber expor problemas sociais a partir da perspectiva dos que são mais vulneráveis a eles e, sobretudo, ser um enunciador crível para as camadas populares. Isso significa saber *encarnar a urgência* daqueles que sentem mais claramente o sofrimento social advindo da precarização do trabalho advindo da precariedade do trabalho, da pauperização e das múltiplas formas de exclusão”. 2) “A esquerda deve saber mostrar que é capaz de governar sem produzir novas modalidades de sofrimento e insegurança social”. Em suma, “ela deve ser, ao mesmo tempo, capaz de sentir o sofrimento social e capaz de ter a inteligência técnica para resolvê-lo no cotidiano”¹⁰.

Para tanto, é imprescindível apoiar o movimento “Lula Livre”, considerando a sua importância para a esquerda, considerando os seus feitos inegáveis para a redução da pobreza extrema e outras políticas e projetos, apesar dos limites e equívocos de seu projeto “neodesenvolvimentista”, que após décadas de estagnação, promoveu a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, a diminuição do desemprego, uma ligeira melhoria na distribuição de renda, a redução da pobreza extrema por meio de políticas emergenciais, focalizadas na expansão do consumo que acompanhou a abundante crédito e, além disso, a percepção de que o país atravessava uma incólume crise econômica mundial. Isso tudo resultou no alastramento do discurso de que o Brasil mergulhava em um período de desenvolvimento, cujo paralelo com o nacional-desenvolvimentismo do pós-segunda guerra justificava o neologismo.

Postas essas questões, gostaríamos de enfatizar que somos contra a prisão de Lula, por considerá-la uma ameaça à democracia e aos direitos humanos e sociais. Por isso, somos a favor de sua libertação urgente e pelo direito de participar das eleições de 2018, como estratégia de garantir a democracia e, nesse sentido, a defesa da Constituição 1988. Essa nossa posição política peremptória prevalece, apesar de reconhecermos as críticas contra o modo de fazer política nos mandatos de Lula e Dilma, nomeadamente contra as chamadas “conciliações de interesses e de classe”, próprias do “presidencialismo de coalizão”. Trata-se de uma solidariedade de esquerda e de classe ao ex-presidente, com críticas diametralmente diferentes dos neoliberais da direita fascista e golpista. Somos por uma urgente unidade de esquerda e na intensificação das lutas em favor da democracia plena e irrestrita – “Lula livre!

Nós, da Motrivivência, continuamos celebrando o 30º aniversário da revista, por meio de diferentes ações. Nessa edição, mantivemos o tema em evidência na capa em que destacamos o percurso histórico e de resistência que marca essa trajetória de 30 anos sobre arte comemorativa produzida com recortes de capas de edições passadas, a exemplo da capa do número anterior, numa nova colaboração dos colegas Angelo Luiz Bruggemann e Louiza Hüntemann Garcia.

Também como celebração, prestamos na presente edição uma homenagem saudosa ao prof. Nelson Dagoberto de Mattos, falecido em 2016. Nelsinho era docente do DEF/UFS em 1988 e, nessa condição, foi cofundador da Motrivivência. Seus colegas de departamento, José Américo e Sérgio Dorenski, em texto muito sensível, recordam a trajetória do prof. Nelson, destacando o grande profissional e a excelente figura humana que ele foi, em homenagem à qual a Motrivivência se associa.

Ainda como estratégia desse ano de comemorações, decidimos não abrir uma chamada pública para a nossa Seção Temática anual. Diferente dos anos anteriores, além de apontar um tema, a comissão editorial fez convites a profissionais reconhecidos/as, todos/as de alguma maneira ligados/as intensamente à problemática da editoração de periódicos científicos. O convite que fizemos a eles/as foi:

Quando comemora seus 30 anos de publicação, Motrivivência convida pesquisadores para discutir os desafios, rumos e compromissos dos periódicos científicos na atual conjuntura político-econômica brasileira.

As crescentes exigências de bases indexadoras e agências de fomento, quanto à internacionalização, fatores de impacto, pré-print, prazos e outras, acontecem no âmbito de um cenário sombrio de completo desmantelamento das políticas públicas de ciência, tecnologia e da pós-graduação do país. Financiamentos são cada vez mais escassos, as demandas editoriais sufocam o cotidiano de colaboradores; plágios, autoplágios, coautorias de fachada, etc., desafiam editores.

Somem-se a isso as pressões do produtivismo, que culmina na produção de uma grande massa de “papers”, cujo conteúdo, muitas vezes, é superficial, sem originalidade e nenhum retorno acadêmico e político-social.

*Enfim, nosso desafio à reflexão coletiva neste momento é: **como cumprir nossos compromissos editoriais para com a comunidade científica, garantindo periodicidade e confiabilidade e, ao mesmo tempo, buscar novos rumos para a editoração dos periódicos, de modo que um mínimo necessário de qualidade e relevância seja garantido naquilo que publicamos?***

Neste momento, queremos muito agradecer aos colegas Ari Lazzarotti Filho (CEFD/UFG), Murilo Mariano Villaça (FIOCRUZ), Ivone Job (ESEFID/UFRGS), Felipe Quintão Almeida (CEFD/UFES) – com os coautores Jaison Bassani, Lizandra Invernizzi, Ana Cristina Richter e Alexandre Vaz –, Lucia Silveira (Portal de Periódicos/UFSC) – e os coautores Lara Benedet e Julio Santillán-Aldana – e os da “casa” Giovani De Lorenzi Pires e Bianca Natália Poffo (membros da comissão editorial da Motrivivência), que aceitaram o desafio e contribuíram, com suas reflexões críticas, para um possível entendimento a respeito do amplo, complexo e intrincado cenário que configura o atual processo de editoração de periódicos científicos.

Para encerrar esse editorial, como de hábito, vamos fazê-lo em tom de poética de resistência, nos despedindo com trechos da bela e antológica canção “Amanhã”, de Guilherme Arantes (grifos nossos). Desejamos uma boa leitura e esperando suas contribuições para que a Motrivivência possa ter vida longa!

[...]

Amanhã!

Apesar de hoje

Será a estrada que surge

Prá se trilhar

Amanhã!

Mesmo que uns não queiram

Será de outros que esperam

Ver o dia raiar

Amanhã!

Ódios aplacados

Temores abrandados

Será pleno!

Será pleno!

Florianópolis, junho/2018.

Maurício Roberto da Silva

Giovani De Lorenzi Pires

Rogério Santos Pereira

Editores